



## AGRICULTURA E INFLAÇÃO SOB O CAPITALISMO PERIFÉRICO

MAURO MÁRCIO OLIVEIRA<sup>1</sup>

**RESUMO** – Explora-se a relação entre agricultura e inflação a partir de abordagem que extrapola o campo estritamente econômico. Identifica-se uma base inflacionária secular, denominada “dissonância entre o social e o econômico” (DSE) e caracterizada como uma inadaptação da estrutura social à lógica do funcionamento do sistema capitalista. Há, com isso, geração de padrão específico de investimento (hiperinvestimento em terras) associado a subconsumo crônico. Em que pese verificar-se uma ação modernizante do Estado, o seu domínio – em última instância – por uma pequena elite, o processo de criação do mercado interno para bens de consumo e bens de produção e o desenvolvimento do mercado financeiro ocorrem como expressão última da DSE e reforçam o processo inflacionário. Submetida a todo este complexo funcionamento da economia, a agricultura ainda apresenta particulares manifestações desta DSE: hipertrofia do setor exportador; padrão espacial gerador de renda fundiária; comercialização sob ausência de estoques; e heterogeneidade tecnológica, que proporciona um caráter rentístico à atividade das firmas mais eficientes.

### AGRICULTURE AND INFLATION UNDER CAPITALISM

**ABSTRACT** – This paper approaches the relationship between agriculture and inflation within a point of view which is not exclusively economic. It identifies a secular inflationary basis called “social and economic dissonance” (SED), characterized by a lack of adaptation of the social structure to the on-going logic of the capitalist system. There is, within it, a generation of specific patterns of investments (over-investments in land) associated with chronic sub-consumption. Even recognizing the modernizing presence of the state, its domination by a small elite, the process of raising of the internal market for consumption beings and production beings, as well as the development of the financial market, occur as ultimate expression of the SED and reinforce the inflationary process. Under these complex conditions of the economy, the agricultural sector is found to be with specific influence of the SED, such as the hypertrophy of the exportation sector, spacial pattern of rent of land generation; marketing without availability of stocks; and technological heterogeneity, which generate a “rental component” for the more efficient business.

### INTRODUÇÃO

Enquanto nas economias capitalistas maduras, a inflação, tal como colocada por Keynes (apud Robinson 1979:98-99), decorreria da pressão da demanda efetiva para a realização da massa de valores gerada a cada período produtivo (e na compreensão keynesiana é apenas e tão-somente no pleno emprego que se verifica a “inflação verdadeira ou autêntica”), nos países capitalistas periféricos de industrialização incompleta, o enfoque, não desprezando o lastro teórico geral, deve levar em conta uma série de

<sup>1</sup> Assessor Legislativo do Senado Federal, Agrônomo, Mestrado em Economia. Senado Federal/Assessoria, Anexo II, Bloco “B”, CEP 70160 Brasília, DF.

circunstâncias específicas, algumas das quais serão objeto de apreciação ao longo deste texto. No caso presente interessa trazer ao debate as possíveis relações entre agricultura e inflação, passando, de início, por elementos de caráter geral da economia como um todo. Este trabalho sugere, como vários outros, que para a compreensão do fenômeno deve-se beneficiar da interação de aspectos de natureza social e política.

## O QUADRO GERAL

### A dissonância entre o social e o econômico (DSE) como fator inflacionário secular

O capitalismo supõe um grande mercado (no limite, infinito, para o imperialismo) porque sua capacidade produtiva é, historicamente, inigualável. Quanto menos determinado país capitalista pode desenvolver seu poder internacional de conquista de mercado, mais importante e estratégico se torna seu próprio mercado interno. Neste sentido, parece haver uma estreita interação entre o sistema econômico como um conjunto de leis, uma "lógica de funcionamento" e a estrutura social em que se desenvolve o processo de produção de valores. Quanto mais se identificam, mais profunda seria a realização do potencial econômico do sistema produtivo. Neste sentido, a dissonância entre o "econômico" e o "social" ou, ainda, a "inadaptação" do social ao econômico criará dificuldades e problemas específicos ao crescimento, os quais têm sido, genericamente, tratados sob o rótulo de "subdesenvolvimento"<sup>2</sup>.

Na base de um processo civilizatório excludente, as crises (subconsumo-subprodução) são recorrentes porque a tendência do processo produtivo capitalista é gerar, de forma crescente, um montante de valor cada vez maior. Diante desta tendência, uma conformação social mais aberta concorre para a democratização das oportunidades. Se o processo civilizatório é excludente, as forças produtivas ficam subordinadas à "lógica" de uma pequena elite, cujo consumo inclui a "queima" do valor excedente de forma perdulária, com supérfluos, e os dispêndios de corte patrimonialista. Na ausência da produção de "bens supérfluos" no próprio país, o consumo conspícuo se faz no exterior, desviando do fluxo de formação das riquezas nacionais soma de recursos produtivos. Por outro lado, a opção patrimonialista pode implicar a retirada dos excedentes apropriados do circuito da produção de valor. Tal patrimonialismo afigura-se-nos como manifestação da recorrente imobilização a que alude Rangel (1978).

Uma pequena digressão histórica situará os termos desta dissonância. Na Inglaterra (como de resto, na Europa ocidental), o capitalismo se estabelece a partir de uma sociedade solidificada, em bases diferentes, porém com uma longa tradição política, social, econômica e institucional de apropriação dos recursos naturais.

A DSE, em termos keynesianos, produz uma baixa propensão a consumir, de tal forma que, ao longo do processo de crescimento do país, o acréscimo da renda ( $\Delta D = \Delta D_1 + \Delta D_2$ ) deságua no investimento ( $D_2$ ) de forma a originar uma situação de hiperinvestimento. Este fato, de início potencialmente favorável à economia, acaba

<sup>2</sup> Ao termo "social" está-se dando uma dimensão muito mais ampla do que na verdade a sociologia lhe consagra. Uma das obras mais fundamentais que trata desta aqui chamada DSE é a de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicada originalmente em 1904/1905.

por desvanecer-se na moldura da DSE, porque: a) esteriliza-se sob a forma de capital fundiário em estado potencial; b) enfraquece seu impacto por aplicar-se em equipamentos do tipo capital-intensivo, incapazes de expandir o emprego na escala da oferta da força de trabalho; e c) cumulativamente, a aquisição de tais bens é feita no exterior, com o qual exorta postos de emprego. Nestas condições, haverá uma baixa elasticidade no emprego do investimento, mesmo que o multiplicador venha a ser razoavelmente elevado<sup>3</sup>. Neste particular, no arrendamento capitalista interagem, na sua definição e prática, agentes econômicos produzidos pelo próprio capitalismo e anteriores a ele. Decorre desta base social já formada que o capitalismo não imobiliza parte dos valores criados para tornar mercadorias os recursos naturais, especialmente a terra. Neste sentido, é como se a estrutura anterior tivesse sido “funcional” ao próprio capital.

Nos Estados Unidos, conquanto o processo tenha sido qualitativamente diferente, os recursos naturais (a terra, em especial) foram, desde o início, democratizados quanto à propriedade, com a qual sua aquisição se deu, em grande proporção, por uma variada gama de agentes econômicos, não incluídos na definição de burguesia. Assim, a apropriação e a transformação da terra em mercadoria não concorreram, *prima facie*, com **aplicações produtivas do capital-dinheiro** em poder das classes dominantes.

No Brasil, ao contrário dos dois processos precedentes, instalou-se, desde o início, uma base social de natureza **excludente** – expulsiva das terras – o que vai, então, propiciar resultados inteiramente diversos. A propriedade fundiária no Brasil foi estabelecida em grandes porções (capitanias, sesmarias, latifúndios). Este sistema acabou não só por impedir o acesso dos pequenos trabalhadores (escravos, trabalhadores livres, pequenos comerciantes, artesãos), mas também por gerar um padrão latifundista para as novas apropriações, com duas características: a) o acesso a essas grandes áreas torna a imobilização fundiária **alternativa** a aplicações produtivas e b) a transformação da terra de um bem natural em ativo dos capitalistas exigiu esterilização crescente de recursos produtivos sob a forma de capital fundiário. A gravidade deste movimento fica magnificada se: a) a terra não for colocada em produção (correspondendo, pois, a uma maturação infinita do “investimento” do ponto de vista da sociedade) e b) o montante de terras a ser apropriado e transformado em mercadoria for muito grande (relativamente à capacidade produtiva instalada e ao caráter social excludente), o que exigirá soma considerável de capital-dinheiro disponível. O corolário de a terra não ser colocada em produção é a revelação de uma “lógica econômica” específica, que não se orienta pelo **rendimento** (caso em que a renda fundiária forma o preço da terra), mas pela realização do valor – incluída aí a incorporação de externalidades do mundo real e da órbita financeira – de uma só vez, pelo preço de venda. É neste sentido que o patrimonialismo se afirma como fator inflacionário secular tal como, em outras palavras, diz Rangel (1978:32): “. . . a inflação se relaciona não com movimentos superficiais da economia, mas com o que há de mais estratégico nela, isto é, com a taxa de capitalização ou de formação de capital, a qual, com mais propriedade, estudaremos sob a denominação mais genérica de **taxa de imobilização**.” (grifo meu).

Poder-se-á redarguir que o grau de verdade desta explicação comparativa entre três diferentes experiências é inadequado à condição contemporânea, dada a similitude

<sup>3</sup> Quando Keynes diz que “uma comunidade pobre tenderá a consumir a maior parte da sua produção, de modo que um investimento modesto será bastante para lhe garantir o pleno emprego. . .” (Keynes 1970, p.42), é certo que ele não levava em conta os pontos **b** e **c** indicados.

de o preço da terra representar a renda fundiária capitalizada. Isso, entretanto, não desfaz as diferenças históricas acumuladas durante séculos, as quais deram constituição ao caráter particular de cada uma delas – as três diferentes experiências – na potenciação/negação das forças produtivas e cujo caráter informa seus desempenhos atuais.

### A tentativa de superação da DSE pela ação do Estado

Mesmo restringida pela “lógica” da elite, a ação de produção de valores, imposta pelo capitalismo, acaba por contraditar os vínculos e movimentos sociais que a impedem de se manifestar. Nisto, há uma dinamização do jogo social pela ordem capitalista, ainda mais acirrada pelas relações de comércio internacional, estabelecidas pelo país. Entretanto, as condições peculiares da formação social de um país subdesenvolvido, na formação das elites (oligarquia, burguesia), são de tal modo que as suas várias frações não se põem de acordo com os “projetos” a serem levados a efeito pelo Estado<sup>4</sup>. Este tipo de desacordo no seio da própria elite, sem nenhuma ameaça para a sua hegemonia de dominação político-econômica, aponta certa **autonomia relativa** do aparelho de estado, nos termos colocados por Poulantzas (1982:227-8)<sup>5</sup>. Na brecha aberta por esta autonomia relativa é que são forjadas as “novas” propostas de desenvolvimento (à luz da lógica capitalista), as quais podem se concretizar como forma de superação da DSE<sup>6</sup>.

Neste século, o Estado tem assumido operações de grande monta, tais como a liquidação de estoques invendáveis de produtos agrícolas (superproduções de café, produções de açúcar sem preços), construção e operação dos grandes complexos de energia elétrica, aço, comunicações, serviços públicos de água, luz e transporte, financiamento a longo prazo para o estabelecimento da indústria de bens de consumo e de bens de capital. Caso tais operações tivessem ficado sob a responsabilidade e iniciativa das frações da elite nacional, certamente o panorama atual não seria o que conhecemos. Mas, se, de um lado, houve um empuxe excepcional do ponto de vista do crescimento econômico, por outro chama a atenção os potenciais desequilíbrios (dimensão, natureza e intensidade) que esta autonomia relativa gerou e continua a gerar do ponto de vista orçamentário. Seja porque o montante dos gastos supera o das receitas, seja porque o montante dos adiantamentos impõe o rigor de um perfil de créditos a receber incompatível com as despesas de manutenção normais da máquina e despesas extras imprevisíveis, seja porque o adiantamento de créditos para a ampliação do aparelho produtivo

<sup>4</sup> Lembrar que o país muda de regime (monarquia para república), há deslocamento de importância da região Nordeste para o Sudeste, muda de regime de trabalho (escravidão para livre mercado), muda de atividades predominantes (cana-de-açúcar para café) e, finalmente, muda dos interesses dominantes da agricultura para a indústria.

<sup>5</sup> “... esse Estado (capitalista) só pode realmente servir à classe dominante na medida em que for relativamente autônomo das diversas frações dessa classe, exatamente para poder organizar a hegemonia da totalidade da classe.”

<sup>6</sup> A superação tal como mencionada representaria o grau máximo de uma escala de negação da DSE. O aprofundamento nesta escala deve depender da força relativa de cada fração da elite. Talvez seja mais apropriado falar-se do arbrandamento da DSE pela ação do Estado. A superação talvez só se realize fora da órbita subdesenvolventista em que vive o país, o que, nas condições capitalistas reinantes, é quase impossível. Daí que ao invés da superação, o caminho mais correto dos vários países subdesenvolvidos seja a tentativa da revolução como superação não da DSE mas da própria ordem capitalista.

exige, por sua natureza, um longo período de maturação, é bastante provável que o desequilíbrio daí resultante, mesmo contrário à DSE, superponha-se a esta como novo fator inflacionário<sup>7</sup>.

Num primeiro momento poder-se-ia pensar que esta ação relativamente autônoma do Estado fosse contra os próprios interesses da burguesia, por dois motivos preponderantes: seu caráter inflacionário e a concorrência por espaços “naturalmente” reservados à iniciativa privada. Caso se aceite a concepção de que o processo inflacionário traz em seu bojo o conflito da distribuição de renda entre classes oponentes e entre as próprias frações, também se pode aceitar que a burguesia se encontra mais bem aparelhada para se defender deste mesmo processo, uma vez que detém os instrumentos para a determinação dos preços das mercadorias, dos salários e do próprio dinheiro, vis-à-vis aos assalariados que oferecem sua força de trabalho a um preço dado e com rendimentos fixos a cada período. Isso não exclui, evidentemente, o conflito *interna corporis* (capital comercial x capital industrial x capital bancário), e é esta expressão de perda de frações que acaba filtrando como censura o processo inflacionário em geral. Por outro lado, se a estatização conflita com os interesses de algumas frações dominantes, na medida em que a ação estatal concorre com determinadas parcelas do capital privado, não se pode esquecer da organicidade da ação do aparelho estatal para a totalidade desta numa classe dominante, seja acelerando o processo de acumulação capitalista, seja viabilizando determinados empreendimentos impossíveis de serem levados à frente por conta da unidade mínima de capital exigido, seja criando as chamadas economias externas, apropriáveis pelo capital. Evidentemente, os reclamos das classes dominantes passam a “fazer sentido” (de seu ponto de vista) quando as desproporções da ação estatal tornam-se poderosas o suficiente para ameaçar o “equilíbrio” das relações de dominação capitalista na sociedade<sup>8</sup>.

## AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INFLAÇÃO

Este tópico é o que busca atender aos objetivos específicos do texto, na medida em que, intencionalmente, restringe a discussão do tema à agricultura. As limitações daí decorrentes, de certa forma ressaltadas por Sayad (1979), atendem, por outro lado, à postulação de implementar a avaliação do fenômeno inflacionário por setor da economia na medida em que a mesma “. . . é basicamente um processo distributivo gerado

<sup>7</sup> O exercício da autonomia relativa do Estado não dispensa o caráter despótico do Estado, característica que algumas frações da elite podem aproveitar melhor do que outras (tome-se, p.ex., o padrão de desenvolvimento do Estado militarista). Seria interessante explorar a natureza do Estado capitalista subdesenvolvido à luz do enfoque oferecido por Lauro Campos (1980) para o caso dos países considerados capitalistas retardatórios (Alemanha, Japão, Itália) quando diz que o “nazifascismo é o resultado, na esfera do poder, das contradições que o capitalismo retardatório e semi-integrado tem de superar num mundo já ocupado pelas relações do capitalismo central (op. cit., p. 127, nota 27). Uma outra observação à margem da autonomia relativa é que a análise estática pode sugerir que não é o Estado que é sustentado pelas classes dominantes, mas é o Estado que sustenta tais classes.

<sup>8</sup> Ao fator inflacionário secular, provocado pela DSE, deve-se agregar a perspectiva tendencial da inflação nos países centrais tal como lembrada por Sayad (1979): a) até os anos 30, alternaram-se períodos inflacionários e deflacionários; b) depois dos anos 30, a ocorrência da deflação tornou-se rara, atingindo até 10% a taxa inflacionária até os anos 70; c) após 70, este teto foi rompido.

pela necessidade e/ou aspirações tanto de mudanças de poder aquisitivo entre setores quanto de transferência entre diversos setores" (Montoro Filho 1977:122)<sup>9</sup>.

Um dos aspectos mais ressaltados, quando se analisa a agricultura brasileira como fator inflacionário, é o que trata do cumprimento de seus papéis no concerto da economia. Independente do enfoque, este é o tema de Delfim Neto (1965), Pastore (1971), entre outros. Neste particular Sayad (1979) entende que a avaliação de quantos entrem por este caminho é de fundo essencialmente político, já que a negação do cumprimento do papel da agricultura levará à tomada de posição favorável às transformações estruturais (conhecidas nos anos 60 como "reformas de base").

No caso presente, pretende-se chamar a atenção para o que se denomina de patrimonialismo. Retomando o tema, dir-se-ia que a transformação do espaço geográfico em espaço econômico é a história da incorporação dos recursos naturais à economia, mercantilizando-os com valor e preço atribuídos. Se a atitude decorrente da estrutura de dominação na sociedade em questão é patrimonialista (ou seja, não se orienta de forma preponderante pelo rendimento – como fluxo – mas pelo patrimônio – como estoque), haverá uma imobilização do dinheiro em poder do público em recursos naturais que se transformam em ativos (terras à frente), o que provoca um deslocamento da finalidade que a moeda cumpre numa economia monetarizada, forçando assim um permanente desequilíbrio entre o real e o monetário. Além disso, esta fração da riqueza fica em estado potencial de forma quase indefinida dada a propensão em não se levar em conta o rendimento mas sim o estoque. Neste sentido, quanto maior for a quantidade de terras a transformar em ativos, quanto mais tarde estas terras entrarem no processo produtivo e quanto menor o prazo em que esta mercantilização vier a ocorrer, mais inflacionário é o processo de imobilização.

## Aspectos globais

**A força político-econômica da elite brasileira** – De início, concentrando seus interesses na produção de mercadorias agrícolas (cana, café, cacau etc.), mas sempre voltada para setores vinculados ao mercado externo, a elite dominante forçava o ajustamento de sua produção à escala mundial, dimensão de seu mercado final. Nestas circunstâncias, restava ao Estado a responsabilidade de gerenciar as crises daí advindas. Os casos mais comuns foram a esterilização da oferta (compra, queima, eliminação) ou a compra das cambiais resultantes da exportação. Quanto mais próximas da escala mundial tais produções, tanto mais esforço cabia ao Estado, seja pela via monetária, seja pela via cambial, as quais desaguavam, via de regra, em ônus inflacionário para toda a sociedade. Erigindo-se sobre uma base social excludente, com baixa capacidade de arrecadação fiscal, a influência da elite brasileira sobre o Estado terminava por realimentar o processo, já que as opções de revitalização ou de soerguimento da economia sobre outras bases eram muito limitadas. As duas variantes clássicas, mais uma vez, eram a dissipação ostentatória e as imobilizações.

<sup>9</sup> A tentativa e o interesse de estudar os aspectos peculiares da inflação ligados à agricultura não podem obscurecer seu caráter globalizante.

**A criação do mercado interno pela industrialização** – Levada a efeito como estratégia de desenvolvimento, a industrialização implantou-se condicionada por duas circunstâncias que iriam determinar, desde cedo, seu perfil e suas potencialidades. Em relação ao plano externo, definiu-se pelo padrão tecnológico empregado nas economias centrais, com capacidade de absorção de trabalho inferior ao que traduziria a disponibilidade interna mas, ao mesmo tempo, defasada e pouco eficiente em relação à existente nos países exportadores. A partir de 1964, com uma concepção mais favorável ao capital estrangeiro, a importação de técnicas e de padrões de industrialização, com uso mais intensivo de capital e menor absorção de mão-de-obra, acentuou a desproporção entre o crescimento da capacidade instalada e o do mercado interno (Suzigan 1975:466). Ainda em relação ao plano externo, os preços finais das mercadorias aqui produzidas, refletindo a ineficiência tecnológica e a proteção à indústria nascente, era proporcionalmente mais alto do que os dos congêneres estrangeiros. Em relação ao plano interno, uma economia ainda primário-exportadora mantinha uma taxa de salários muito baixa, alardeada menos como estratégia para redução dos preços dos produtos de exportação e mais como vantagem para atração de investimentos estrangeiros. Essa prática, na verdade, era não mais que o produto do caráter excludente da própria sociedade. Assim, ao invés de a industrialização romper com a estrutura econômica típica da DSE e provocar um intenso processo de criação e realização de mercadorias, ela se deu sem o questionamento à estrutura aprisionadora para o desenvolvimento de corte capitalista. A combinação destas facetas produziu uma relação de preços de mercadorias industriais/taxa de salário muito alta, restringindo, conseqüentemente, os surtos de desenvolvimento a partir da ampliação do mercado interno. A industrialização, tanto quanto seja baseada em capital intensivo e se faça espacialmente concentrada, apresenta um caráter inflacionário na medida em que tende a manter capacidade ociosa de forma crônica (porque diante de um mercado subconsumista não se realiza a integridade dos ganhos de escala) e a se ver gravada de altos custos de transporte (Suzigan 1975:467). Nestas condições, a industrialização acabou adaptando-se a uma estrutura de subconsumo, impotente para comunicar ao setor agrícola, produtor de bens salários voltados ao mercado interno, dinamismo peculiar às agriculturas desenvolvidas<sup>10</sup>. Na verdade, a industrialização pôde ser impulsionada apenas nos limites conferidos pelos valores patrimonialistas da arcaica sociedade brasileira.

**O (sub)Estado capitalista** – É assim que sobre uma base estrutural de DSE, gera-se uma sociedade subconsumista e um Estado (na verdade, um sub-Estado), dominado por um conjunto de frações de elite muito dividida nos momentos de real transformação. É este Estado que, valendo-se de uma autonomia relativa, dá o tom da transformação – mesmo limitada – que o país experimentou. Nestes momentos, ele agrega aos papéis clássicos novos papéis na economia. Um papel que crescentemente passou a ser assumido pelo Estado foi o financiamento de longa maturação, deixando o

<sup>10</sup> Rangel (1978) menciona, várias vezes, este fenômeno, como “insuficiência genérica ou global da demanda” (p. 28); “baixíssima propensão a consumir (p. 35); “depressão do poder de barganha das massas trabalhadoras” (p. 60); “demanda de consumo que se expande preguiçosamente” (p. 61).

setor privado completamente descompromissado desta função<sup>11</sup>. Isso não só amplia o potencial inflacionário das funções do Estado como mantém a perspectiva patrimonialista das elites. O aparelhamento relativamente mais moderno deste Estado acaba, muitas vezes, por ser utilizado em favor de interesses mais imediatos de frações da elite, muitos de natureza retrógrada, através dos quais se mantêm relações de poder incompatíveis com o sentido de modernização da economia como um todo. Exemplo disso é o revigoramento ao patrimonialismo fundiário, comandado pelo próprio Estado através dos instrumentos da discriminação e arrecadação de terras devolutas, desapropriação por interesse social, manipulação do imposto territorial rural, apoio à colonização privada de grande porte e vinculada a processos de manipulação e corrupção, concessão de incentivos fiscais, etc. (Delgado 1986:213).

**O fenômeno do insulamento no mercado financeiro** – A organicidade que une os mercados fundiário e financeiro acaba por imprimir neste último, de constituição mais recente, as marcas daquele outro. Estas marcas não são outra coisa que a manifestação da DSE sobre este próprio mercado financeiro. Assim, o mercado financeiro cresce à luz dos valores das elites dominantes e reproduz o patrimonialismo. Como este mesmo patrimonialismo é “antifuncional” para o desenvolvimento do capitalismo, o Estado acaba por tentar superar tal limitação com uma série de instrumentos, um dos quais o financiamento às iniciativas privadas. Financiamento estatal mais voltado para investimento no início e que mais tarde tem de ser diversificado para atender também as atividades de curto prazo como, p. ex., o giro dos estoques.

No período mais recente da história econômica do Brasil, especialmente a partir do pós-guerra, a prática, pelo Estado, de uma política fiscal expansionista, com expansão simultânea de crédito ao setor privado através do Banco do Brasil, acabou por “afastar” o capital privado do financiamento para os investimentos de longa maturação em infra-estrutura e em setores de base, com o que ficam sobrecarregadas as finanças públicas<sup>12</sup>.

A consequência desta prática é o que denominamos de insulamento no mercado financeiro, ou seja formam-se “ilhas de financiamento” a atividades específicas, sem comunicação umas com as outras, muitas vezes mantendo condições totalmente diferenciadas em cada uma das “ilhas”. Esta verdadeira “proteção” a mercados financeiros isolados impede a entrada de capitais privados neste tipo de negócio, sendo no entanto a “proteção” de natureza às avessas. Não há “proteção” para privilégios à obtenção de taxas mais altas, mas para preservar a existência e prática de taxas mais baixas e condições mais favorecidas. Assim, ao invés de se buscar a equalização entre as diversas taxas de juros, trabalha-se no sentido de repelir os capitais potencialmente interessados em participar do mercado financeiro. Curiosamente tal repelência ocorre pelo lado da oferta de capitais mas não pelo lado da demanda; à repelência pelo lado da oferta vai

<sup>11</sup> Muito recentemente tivemos notícia das dimensões do D III no Brasil, através da imprensa, a qual afirmava que o país é tido como o 2º ou 3º exportador de armas do mundo. Mais uma vez, a precocidade do D III mostra que o “desenvolvimento” brasileiro se faz sem o enfrentamento das questões básicas de ampliação do mercado interno para o DII. A respeito do desenvolvimento da D III, ver Campos, op. cit. p.134-135.

<sup>12</sup> O desenvolvimento deste argumento, especialmente o do afastamento da iniciativa privada dos financiamentos de longo prazo por uma combinação perversa da lei da usura com taxas inflacionárias altas, está em Suzigan (1975).

corresponder uma alta atratividade pelo lado de demanda, o que reforçará, desde o nascimento, deste mercado, as possibilidades de vinculação orgânica com o mercado fundiário. É neste quadro de ótica invertida que o insulamento no mercado financeiro acaba sendo paradoxalmente funcional. Ou seja, na falta de uma base financeira compatível com as dimensões da potencialidade que o capitalismo desenvolve, a segmentação do mercado financeiro é absolutamente necessária para permitir fluidez ao capital produzido por uma deformada estrutura. Na ausência de tal insulamento, o capital espalhado em todos os setores não poderia ser reunido em dimensões suficientes para irrigar as atividades produtivas faltantes na estrutura produtiva que se instala. Nasce daí o complexo (subinvestimento-superinvestimento), referido por Rangel<sup>13</sup> ao mencionar a contínua criação de capacidade ociosa na economia brasileira.

O caráter inflacionário da montagem do sistema financeiro decorre da sua deformação genética (nascido à semelhança do mercado fundiário, concentrado e discriminador) e do subrecurso estatal em ofertar linhas de crédito amplas, abundantes e de retorno a longo prazo, obrigando-o a estabelecer um mecanismo de autofinanciamento (que ora pode ser o fiscalismo acentuado sobre a massa de salários, ora a emissão de moedas e/ou títulos da dívida pública)<sup>14</sup>. Nesta mesma linha Sayad (1979) entende que a perspectiva de o sistema financeiro oferecer financiamentos mais satisfatórios ao setor produtivo só deverá ocorrer “quando os investimentos não produtivos em imóveis deixarem de apresentar a atual rentabilidade elevada e, além disso, houver algumas diminuição das possibilidades de ganhos especulativos” (Sayad 1979:624).

O sistema financeiro para a agricultura (SNCR) é uma espécie do gênero aqui tratado, e suas vinculações com o mercado fundiário rural têm sido focalizadas com maiores detalhes por diversos autores, entre os quais Destaco Delgado (1986).

### Aspectos específicos

Para uma sociedade em estágio inicial de desenvolvimento capitalista, é de se supor que a composição orgânica do capital seja muito baixa relativamente a uma outra, na qual as forças produtivas tenham evoluído de forma mais aprofundada. Naquela, a moeda vai ser demandada, fundamentalmente, para a realização de mercadorias conhecidas como bens não-duráveis e, em menor proporção, para os bens duráveis. Quase nunca para bens de produção produzidos pelo trabalho humano (pela óbvia razão de que ali não existem), mas sim para os “bens naturais” irreprodutíveis, como a terra. Nesta situação, o estoque de ativos financeiros é representado quase tão-somente (quando não de modo exclusivo) pela moeda<sup>15</sup>. Se, então, desde cedo, neste tipo de economia, há sob um painel não diversificado do estoque de ativos financeiros, uma

<sup>13</sup> Numa “economia precocemente oligopolística”, o que “sobra” nestes setores, “faltará” para investir na agricultura (Rangel 1976, pp.24, 28, 55, 56).

<sup>14</sup> Quando o Estado não forma, com seus recursos, a massa de oferta de recursos financeiros, ele banca todos os desvarios dos administradores, sejam de entidades públicas ou privadas. Este é o caso dos sucessivos “rombos” no sistema financeiro e o passivo do SFH.

<sup>15</sup> Ainda em 1960, de 7 tipos de ativos financeiros (moeda, depósitos a prazo, depósitos de poupança, letras de câmbio, ORTN/LTN, letras imobiliárias e fundos mútuos), apenas 2 (moeda e depósitos a prazo) compunham o estoque de ativos financeiros no Brasil, sendo que moeda representava mais de 93% do total. Ver Contador (1974), Tabela 1, p.254.

pressão muito alta sobre a moeda para a aquisição dos “bens naturais”, é de se esperar um desbalançamento entre os mercados real e monetário. Isso porque crescentes parcelas do estoque de moeda são demandadas para “transformar” a terra em mercadoria. Parte da emissão primária é, pois, canalizada para a monetarização da terra. Na medida em que a taxa de incorporação da terra à economia mercantil, sob a forma de ativo capitalista, seja superior à taxa de criação de riquezas pela economia, o desbalançamento entre o real e o monetário tende a agravar-se. A simultaneidade de monetarização da terra com a manutenção de seu “valor” em suspenso, sem que seja colocada em produção, representa uma esterilização crescente e continuada de valor produzido pela sociedade, o que tende a reduzir o seu dinamismo, engendrando um estado de subconsumo, restrição do tamanho do mercado e conseqüente busca do mercado externo, o qual, recorrentemente, introjeta-se no mercado fundiário nacional, tal como será mostrado a seguir, reforçando ainda mais seu caráter patrimonialista. Esta “sobredemanda” por um único ativo financeiro – a moeda – só vai ser reduzida quando a base destes mesmos ativos tornar-se diversificada<sup>16</sup> e, assim, proporcionar ao capital-dinheiro alternativas de aplicação vis-à-vis à fundiária, até então não existentes. No Brasil, este é um fenômeno muito recente, e até que acontecesse ocorreu um brutal esforço da economia para transformar as terras em ativo, exacerbando a demanda por moeda, exatamente no sentido oposto ao esperado ao longo da tendência do desenvolvimento (Contador 1974 :282-3) provocando, por conseguinte, todas as conseqüências já sugeridas para este tipo de orientação.

**A hipertrofia do setor agrícola exportador** – De fins do século XIX até meados dos anos 50, não foi desenvolvida nenhuma política industrial deliberada por parte do Estado. Do início deste século até os anos 20, predominou a defesa dos interesses comercial e agrícola (café, em particular), com pouco ou nenhum interesse em promover a industrialização do país (que ocorre em “surtos espontâneos”). Daí até meados dos anos 50, aplicam-se medidas esparsas de apoio ao crescimento da política industrial, ainda prioritariamente ocupada com o suporte ao setor agrícola (principalmente café) em crise (Suzigan 1975). Nestas condições, durante este período, poder-se-ia dizer da hipertrofia do setor agrícola exportador do ponto de vista das ações de apoio econômico por parte do Estado. Na medida em que aí predominam os interesses das frações da elite ligadas ao modelo primário-exportador, se bem que de forma decrescente em termos de poder, elas próprias forçarão a realização de suas produções na escala de seus próprios mercados, a escala mundial. E é em função do comportamento do mercado externo que se orientará a intervenção do Estado. Tal intervenção, recorrentemente exigirá esforço acima das próprias condições, seja para controle da oferta seja para a realização, em moeda nacional, da produção exportada. Na base de uma sociedade restringida para a ampliação das oportunidades, tal esforço de intervenção nunca poderá ser cadastrado como deflacionário. Muito pelo contrário, quase sempre será inflacionário.

Há uma interação extremamente reveladora entre o patrimonialismo e a hipertrofia do setor agrícola exportador, que a seguir se esboça. A busca da realização das mercadorias agrícolas tem como referência o mercado externo, na medida em que este

<sup>16</sup> O estoque de moeda passou de 93% de um conjunto de 7 diferentes ativos financeiros, em 1960, para 45%, em 1973 (Contador (1974, p.254).

*locus* de realização das *commodities* apresentaria as melhores condições de preço. Esta fixação do ideal de máximo potencial de realização só é possível porque as mercadorias agrícolas, uma vez colhidas, podem ser fisicamente transportadas até os mercados finais consumidores, para ali realizarem seus valores. Já com a terra, esta mesma possibilidade deixa de existir. Diante da impossibilidade de realizar o valor atribuído à terra no exterior, a elite dominante transplanta para dentro do seu próprio país o padrão de remuneração atribuível ao seu capital enquanto dinheiro, no exterior. Neste sentido, pode-se falar da introjeção das condições de rendimento do mercado financeiro externo, multiplicadas pela impotência da moeda subdesenvolvida, constantemente desvalorizada frente às moedas capitalistas centrais, com o que se reforça o mecanismo excludente de acesso à terra, pois o preço da terra deixa de refletir a renda fundiária para refletir complexas interações da economia nacional com os mercados internacionais de *commodities* e financeiro. A Figura 1 ilustra as interações – direta (a) e indireta (b) – sugeridas.

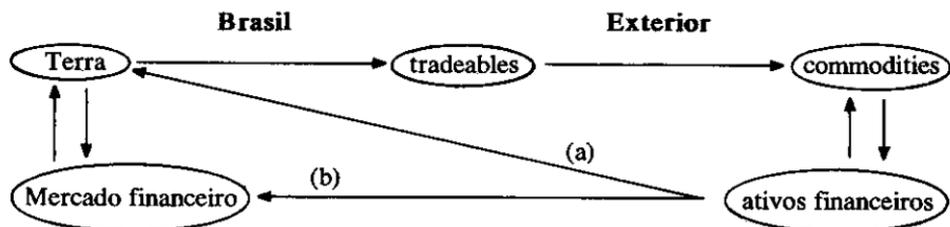


Figura 1. Introjeção do mercado financeiro externo no Brasil.

**Inelasticidade de oferta**<sup>17</sup> – Segundo Campos (1980), na agricultura o padrão de acumulação é diferente do da indústria. Na indústria, há acumulação e desconcentração espacial, inclusive para fora do país, com transplante de indústrias. Na agricultura, o transplante é impossível. “A indústria transplantada produz fora o excedente; a agricultura capitalista só pode produzir o excedente internamente, exportando o produto agrícola” (Campos 1980:141)<sup>18</sup>. Assim, a inelasticidade de oferta não seria inerente ao setor agrícola sob o capitalismo nem mesmo no mundo subdesenvolvido. A produção agrícola dos Estados Unidos, neste século, comprova a alta elasticidade de oferta da agricultura, sob a ordem capitalista. Mesmo no subdesenvolvimento, as crises de superprodução de café e cana, no passado, e a contemporânea produção crescente de soja e laranja, por exemplo, mostram o potencial da elasticidade da oferta agrícola. O elo comum entre as duas situações certamente reside no poder da demanda em estimular a oferta agrícola. No caso brasileiro, a relativa estagnação da oferta dos domésticos<sup>19</sup> de-

<sup>17</sup> Para um desenvolvimento mais amplo e formalizado do modelo estruturalista, ver Oliveira (1964) e Ramos (1986).

<sup>18</sup> Neste particular, o ponto de vista de Ignácio Rangel é também o de Campos, ou seja, o de que a oferta agrícola é muito elástica (Rangel, I. op. cit., p.29).

<sup>19</sup> A disponibilidade interna de alimentos em calorias por habitante-dia, no mercado interno, cresce no período 1940/42 a 1964/66, de 1263,2 a 1889,4; entre 1967 a 1979, esta mesma variável evolui a uma taxa de -1,34%. Já no período 1977-84, o índice de quantidade produzida por habitante de culturas domésticas apresenta uma taxa de -1,94% a.a. Ver (Homem de Mello, 1985), Tabelas 1 e 3.

corre da interação da DSE com a inacabada industrialização, a qual exige um sobreesforço da sociedade brasileira em efetivá-la. A DSE comparece tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. No primeiro caso, restringindo a dimensão e o crescimento do mercado interno pelos mecanismos já explicitados; no segundo caso, pelo caráter patrimonialista que comunica às estruturas produtivas do setor rural, do que resulta um mercado fundiário imperfeito e um mercado financeiro igualmente imperfeito (uma vez que organicamente vinculados), com predomínio dos interesses do capital comercial (de toda sorte submetido ao financeiro tão logo este se erige), naqueles produtos destinados ao mercado interno, com pouco grau de transformação industrial.

Aceitar a argumentação estruturalista do processo inflacionário significa, segundo nossa concepção, desviar o foco de uma situação muito mais ampla e determinante do fenômeno inflacionário (a DSE e todas as suas conseqüências) para um caso particular e reflexo, qual seja a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas (hoje, destinados ao mercado interno), por estar subordinada a uma forma de produção camponesa (que eu diria pequena produção). Não que haja oposição entre ambas as postulações – ambas de natureza transformadora, quando nada reformista – mas, no caso da versão estruturalista agindo sobre a oferta quando o elemento dinâmico é a demanda.

**Padrão espacial da agricultura e inflação** – O Brasil dos séculos da escravidão conviveu com uma produção de alimentos sempre marginal, quase ilegal. Na ordem escravocrata, o trabalhador livre é desvio e como tal condenado a produzir riquezas de forma insegura, não reconhecida, certamente fora das terras mais férteis e das mais favoráveis quanto à localização. Isso só poderia encarecer os produtos para os consumidores finais das aglomerações urbanas.

O Brasil moderno, que começa a ser desenhado com o fim da escravidão, com a imigração de mão-de-obra livre e com o deslocamento do centro dinâmico da economia do Nordeste para o Sudeste, vai assistir à ocupação de suas melhores terras pelo café, cultura voltada ao mercado externo, tal como a cana-de-açúcar. A dramaticidade da produção de alimentos reduz-se pelo fato de a mesma realizar-se nas próprias fazendas de café, o que não acontecia com a cana. A despeito deste aspecto favorável não se pode perder de vista a precedência da alocação da mão-de-obra para a cultura do café, ficando a produção de alimentos como atividade complementar, muitas vezes limitada aos mercados mais próximos.

Além deste aspecto, o padrão de exploração agrícola impunha um caráter itinerante à produção do café nas faixas das melhores terras, o que levou as lavouras do Rio de Janeiro para São Paulo e depois para o oeste do Paraná. Ia o café e com ele as culturas alimentares voltadas ao abastecimento do mercado interno. Enquanto se exploraram terras de alta fertilidade natural, homogêneas e próximas aos centros de consumo, a renda diferencial derivada desta mesma fertilidade não constituiu nenhum tipo de restrição à expansão da oferta. Mesmo quando a produção distanciou-se, mas nas mesmas manchas de solo fértil, a expansão das linhas ferroviárias ao longo do eixo dominante da penetração do café pelo interior assegurou uma certa acomodação<sup>20</sup>.

Mas à medida em que a demanda final por alimentos (dada a intensa e rápida urbanização) se expandia, progressivamente era dada por esgotada a existência de novas

<sup>20</sup> Esta última hipótese está baseada no baixo custo de transporte que pode ter sido praticado na modalidade ferroviária por conta dos interesses dominantes da burguesia do café.

manchas férteis de terra nas proximidades dos grandes centros; a produção de alimentos sofria a concorrência locacional por outras explorações; e, finalmente, se instala um perfil industrial ligado à área do transporte muito mais favorável aos meios rodoviários do que aos ferroviários (à época considerados decadentes), e a produção de alimentos passa a mudar a equação global para o abastecimento.

A secular prática extrativista e itinerante da agricultura brasileira, diante da indisponibilidade territorial de ver acentuada sua ampliação em bases perdulárias e dada sua orientação para o mercado externo, “disciplina” o uso dos solos, de forma a ocupar os espaços mais próximos às aglomerações demográficas (mercado de força de trabalho) e aos portos (embarque) com culturas exportáveis e os mais distantes com a produção de bens-salário para o mercado interno. Para este último caso, estabelece-se um dilema: instalar-se nos cerrados ou na Amazônia, já que o Nordeste nunca entrara em seus cálculos. Dos cerrados, o país não conhecia nada, nem a ele estavam associadas referências generosas de riquezas. Pelo contrário, os cerrados eram tidos como desérticos, incapazes de serem fertilizados pelo trabalho humano. Aliás, neste particular, mesmo que a agricultura brasileira dispusesse de experiência, tecnologia e capital para conquistar os cerrados, era inconcebível ao cálculo econômico da época investir somas consideráveis para criar, pelo trabalho coletivo, um solo fértil e produtivo. O nosso fazendeiro – mais próximo dos bandeirantes do que dos pioneiros, para usar uma imagem de Vianna Moog – era basicamente o de extrair, o da acumulação primitiva, baseada na produtividade natural dos solos. De outro lado a Amazônia, no subconsciente coletivo, ainda simbolizava o Eldorado, local pródigo, exuberante, pleno de riquezas e de tesouros e, muito provavelmente, fertilíssimo. Embalados por esta concepção geral, abstrata e catártica, puseram-se o Estado e as elites dominantes a viabilizar a ocupação da Amazônia, de início através da mão-de-obra dos ocupantes desprovidos, atavicamente produzidos pela “máquina do desenvolvimento”. No fundo, a idéia era a de obter uma onírica sobrevida do padrão perdulário de ocupação/destruição produzido pela agricultura brasileira.

Cedo, o sonho se esboroa a partir da constatação de que as manchas de terras férteis eram muito localizadas, de difícil acesso e incapazes de proporcionar a apropriação da produtividade natural na escala desejada. Por esta razão, há uma rearticulação do Estado e das elites dominantes para a ocupação dos cerrados. Enquanto isso, as tendências anteriormente expostas continuavam a produzir efeitos: prossegue a substituição de culturas alimentares por outras concorrentes; agora o café é plantado em bases a não mais permitir cultura alimentar intercalar; chega a hora da cana-de-açúcar, da laranja, da soja, do algodão. O rodoviarismo líquida de vez com a opção ferroviária, com o transporte fluvial, encarecendo o transporte de cargas. O fluxo migratório, no prazo de uma geração, transforma, de maneira irreversível, o Brasil rural em Brasil urbano. Enquanto a produção que aí se instala não é ponderável, há como comprimir a manifestação da renda fundiária pela manipulação de instrumentos típicos da ação estatal. Compensatoriamente, de um lado, com os subsídios ao crédito rural, sob a forma de taxas de juros reais negativas; e, de outro, com o controle e o tabelamento dos preços ao consumidor final, complementados, em ocasiões específicas, pela importação também subsidiada. Mas na medida em que a produção nos cerrados passa a ser não só crescente como também ponderável, o Estado já não terá condições financeiras de impedir a manifestação da renda diferencial gerada pelo novo padrão locacional da produção

agrícola<sup>21</sup>. Até que a produtividade se manifeste em toda sua potencialidade, e modalidades mais eficientes de transporte sejam instaladas, forças inflacionárias permanecerão produzindo efeitos na economia, quando não de forma direta pela elevação dos preços dos bens-salário, pela maior demanda de recursos públicos utilizados na tentativa de bloquear este primeiro efeito<sup>22</sup>.

Por fim, pode-se estabelecer uma relação de funcionalidade para o capital fundiário estabelecido em terras mais férteis e mais próximas aos grandes centros, com a contínua expansão da fronteira econômica para a produção de bens-salário, porque na medida em que esta se estabelece e toma vulto, a renda fundiária para os proprietários daquelas terras sobe, o que os coloca na situação favorável – quando simultaneamente, proprietários e empresários – de escolher entre uma cultura de mercado externo e uma de mercado interno, esta em bases mais rentáveis comparativamente à mesma cultura explorada na fronteira. Subsídios do Estado à produção de fronteira são elementos de litígio frente aos interesses do capital fundiário estabelecido em zonas privilegiadas, a não ser que este mesmo capital fundiário desconcentre-se em direção à fronteira, quando aí, então, a avaliação se torna complexa.

**Produção, oferta e estoques** – A produção na agricultura depende das condições ambientais prevalentes (regime de chuvas, insolação, temperatura, umidade, etc.), não se dando pois em condições controladas. Esta dependência leva a que o processo de produção não tenha continuidade ao longo do ano, o que gera produtos em épocas específicas. Daí dizer-se que a produção agrícola – vegetal e animal – é estacional.

A estacionalidade da produção gera um problema particular qual seja o de distribuí-la, para fins de realização, ao longo do período que se segue, chamado de entressafra. Assim, ao invés de apresentar uma produção em forma de fluxo contínuo, a agricultura produz estoque em datas marcadas. Em si, esta característica, na medida em que “foge” ao melhor padrão de realização das mercadorias – do ponto de vista do capitalismo –, obriga a que o próprio sistema trate de despender energias no sentido de regularizar o fluxo de oferta, que uma vez atingido permite maior grau de fluidez para o capital, isto é, melhores condições para sua reprodução. Neste particular, lança-se mão do progresso técnico ao nível da produção (melhoramento genético para desenvolver espécies precoces, tardias e safreiras; irrigação; adaptação de espécies a diferentes ecótipos, etc.) e da formação de estoques (ampliação da produção além da capacidade de consumo efetivo, investimento em infra-estrutura e especialização do mercado financeiro), para regularizar a oferta, tal como é o padrão da demanda. Do ponto de vista da produção, esta seria a principal consequência da penetração do capitalismo no campo: produzir excessivamente, de maneira a propiciar a formação de estoques permanentes. E quando tal penetração logra transformar a base produtiva, a agricultura apresenta

<sup>21</sup> Em 1984, os cerrados participavam com 35% da produção nacional de arroz, 15% da de feijão, 20% da de mandioca, 19% da de milho, 27% da de soja, 5% da de trigo e 14% da de algodão (este dado é de 1980). Ver (Cerrado-Tubarão, 1987:349).

<sup>22</sup> Este tipo de efeito acaba afetando a acumulação na indústria por força da absorção de maior parcela dos orçamentos domésticos para bens-salário agrícolas.

uma oferta altamente elástica, haja vista os exemplos dos EUA e da CEE como um todo<sup>23</sup>. Nestas circunstâncias, a oferta de produtos agrícolas, em um dado período, deixa de depender direta e primariamente da produção do período precedente porque há a mediá-las o estoque. Com isso, eventuais quebras de safras – seja por motivos naturais incontrolláveis, seja por problemas econômicos – são absorvidas na esfera imediata à produção e não retransmitem efeitos indesejáveis aos preços finais, preservando-se pois a regularidade do abastecimento com baixas variações dos preços. Este efeito é tão mais importante quanto mais fundamental e insubstituível é o produto agrícola, vale dizer quanto maior é sua inelasticidade de demanda. Para produtos com maior grau de elasticidade, dada a possibilidade de substituição por outro, o estoque não aparece como medida de fundamental importância. Estes mecanismos de desestacionalização das safras agrícolas ocorrem, *pari passu*, com o crescimento econômico, sendo identificáveis, em geral, nas economias capitalistas maduras.

No capitalismo dependente periférico, esta situação não ocorre a não ser de forma tópica, para dado produto ou para um dado período. Isso porque não estão disponíveis simultaneamente as condições necessárias do progresso técnico, da infra-estrutura para estocagem e de um sistema financeiro diversificado. No Brasil, a questão tecnológica, a despeito de contar com uma história centenária, foi objeto de concentração de esforços para alguns produtos, nem sempre os alimentares.

Até muito recentemente, a orientação da pesquisa esteve condicionada a produtos exportáveis (*tradeables*) de forma preponderante. O diagnóstico no caso da armazenagem ainda é mais dramático. O impacto presumido do Plano Cruzado flagrou o país absolutamente despreparado para uma ampliação significativa das safras ou da formação de estoques por importação de produtos selecionados. Por fim, o desenvolvimento do sistema financeiro, apesar de notável, foi informado pela especificidade da DSE, desde a origem imbricado com o mercado fundiário e insulado em padrões desuniformes. Assim, como o Estado assumiu a oferta de financiamento de longo prazo, também tem sido o Estado quem banca as eventuais formações de estoques. A constrição do mercado de trabalho – pela via secular do patrimonialismo e pela recorrente ação da inflação sobre os salários – e a tentativa de manipulação dos preços finais afugentam os capitais privados no “transporte temporal” da produção. Nestas condições, muitas vezes, produção se torna sinônimo de oferta, quando não ocorrem situações mais graves, nas quais a oferta é inferior à produção doméstica. A consequência imediata é a instabilidade que se instala no aparelho produtivo.

Há uma interessante abordagem da inflação a partir do paradigma keynesiano de formação de preços amparado nos *spot markets* e *forward markets*<sup>24</sup>. A este respeito se expressa Hicks (1987): “Uma das coisas mais importantes que aprendemos com Keynes é que os preços, num mercado de preços flexíveis [caso dos produtos agrícolas], apesar de aparentemente serem determinados pela demanda corrente pela mercadoria e por novas ofertas futuras, são, na realidade, determinados pela disposição dos comerciantes

<sup>23</sup> Isso não desqualifica a identificação de estruturas produtivas real porém não formalmente submetidas ao capital e os diversos mecanismos empregados para obter-se tal resultado.

<sup>24</sup> Deixa-se de lado a proposta de atualização do modelo keynesiano para a situação dos países capitalistas dependentes, de autoria de (Tavares & Beluzzo 1986), por ser de uma abrangência muito maior. A limitação do modelo original ainda assim permite uma compreensão razoável sobre o objeto de interesse deste trabalho, mesmo porque nos interessa mais o mercado *flex-price*.

em manter os estoques. **O equilíbrio do mercado é um equilíbrio de estoques e não um equilíbrio de fluxo**" (Hicks 1987:25) (grifo meu). Na perspectiva de Keynes e na de Hicks sobre o grau de determinação dos preços pelos estoques, a situação para a agricultura brasileira é de alta instabilidade. Isso decorre da não existência de estoques e, em existindo, de sua baixa magnitude. Temos visto que a formação de estoques (especialmente os de alimentos) é sofrível. Nos casos em que esteja disponível, sua magnitude não tem sido capaz de fornecer uma sobrevida além da próxima safra. É como se *carry-over* por ano-safra fosse nulo ou até negativo. Nas duas situações – inexistência e encurtamento dos períodos de existência – há acentuada instabilidade dos preços por absoluta incapacidade de firmar-se uma idéia sobre "preços normais" (Bier et al. 1987:47 et passim)<sup>25</sup>.

Ao que tudo indica, a instabilidade de preços, gerada pela volatilidade de "preços normais", ainda, conforme mostra Kaldor (apud Bier et al. 1987:48-9), está intrinsicamente ligada à demanda, vista pelo lado dos salários nominais. Para um submercado, freqüentemente assolado por arrochos salariais, as decisões especulativas dos detentores de estoques tornam-se altamente arriscadas pela impossibilidade de realizarem as mercadorias em seu poder, com ganhos compatíveis com alternativas de aplicação de seu capital-dinheiro<sup>26</sup>. E quando, para proporcionar o mínimo de garantia à realização da renda dos agricultores, o Estado adquire e forma estoques, nenhuma melhoria se pode esperar, do ponto de vista da ação dos estoques, determinar "equilíbrio" de preços porque as decisões político-burocráticas estão ancoradas mais nos aspectos financeiros da operação do que no aspecto final da formação de preços nos respectivos mercados. Essa orientação estatal será tanto mais descolada do mercado real dos produtos agrícolas quanto mais endividado e mais entrelaçado ao sistema financeiro estiver o aparelho de Estado<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> A tão popular tese dos "choques de oferta" ganha força por conta da inexistência de estoques.

<sup>26</sup> Esta talvez seja a razão para explicar a "funcionalidade" (perversa para os agricultores) do capital comercial ao processo de acumulação limitado e canhestro.

<sup>27</sup> Nesta situação de endividamento, "medidas de impacto" acabam por provocar mais instabilidade e para este aspecto advertem Tavares & Belluzzo: "É conveniente esclarecer que não são os níveis alcançados pelas taxas de juros que provocam a inflação, mas as expectativas de buscas flutuações nas taxas." (p.55). Nada mais normal do que aceitar a inclusão dos estoques e, por decorrência, da expectativa, em modelos de previsão de preços em economias capitalistas maduras. O capitalismo avançado produzindo além da demanda efetiva (entendida como fluxo), acaba por produzir estoques e, nesta linha, provavelmente muitos invendáveis. Inevitavelmente é de esperar que seus detentores tendam a se precaver quanto a percalços no futuro, ocasião da realização de suas mercadorias, ainda em estado potencial. Neste sentido, começa a fazer parte de seu cálculo econômico a "inflação futura". Aquilo que foi chamado de "fuga para a frente" da valorização da riqueza capitalista por Tavares & Belluzzo (p.56) sugere um maior grau de complexidade na relação entre valor e preço porque até então a valorização capitalista das mercadorias se valeu do trabalho morto (passado) e do trabalho vivo (presente), incorporados à própria mercadoria. Com a emergência da "era dos estoques e das expectativas" surge um terceiro elemento do valor, o "trabalho em gestação", capaz de ser manipulado por conta da força econômica dos grandes blocos de capital. Ou seja, antes mesmo deste "trabalho em gestação" criar valores, os mesmos já são apropriados no presente. Na busca de manter posições na sociedade, a concorrência inter-capitalista tende a exacerbar e a exigir capacidade de resposta e condições favoráveis que colocam em xeque a própria sobrevivência do sistema nas bases em que está erigido. Está-se antecipando para o presente as próprias contradições que o presente engendra com o desenvolvimento do processo produtivo. Para um país capitalista dependente isso é ainda mais trágico, na medida em que a DSE, reveladora de uma interação "desfuncional" entre o passado e o presente terá de incorporar mais ainda a dimensão do futuro!

## A heterogeneidade tecnológica como fator inflacionário

É da natureza do sistema capitalista produzir continuamente o progresso técnico como alavanca dos processos de acumulação e de concentração de capitais. Com a complexidade crescente do aparelho produtivo, corporifica-se paulatinamente um setor responsável pela produção de mercadorias capazes de produzir outras mercadorias, o que irá condicionar o progresso técnico a uma padronização cada vez maior.

Num país capitalista, dependente ou não, há tal setor (ou departamento I) ou ele é muito incompleto. Por definição, a dependência é também de tecnologia e um destes países importa continuamente máquinas e processos produtivos dos países centrais, muitas vezes obsoletos e ultrapassados. Associado a este aspecto, neste mesmo país "hospedeiro", a DSE restringe a ampliação do mercado interno, estimula o patrimonialismo e dificulta a ampla manifestação das potencialidades da produção capitalista. A resultante destes movimentos é, entre outros, uma permanente heterogeneidade do padrão tecnológico. Por conta da incapacidade de transformação dada por uma base produtiva incompleta, a concorrência capitalista no setor de produção de mercadorias voltadas ao consumo (D II) não "destrói" tal heterogeneidade; pelo contrário, parece preservá-la. Assim, as firmas menos eficientes não são deslocadas do mercado. Nesta situação é de se supor que o preço final homologue as baixas produtividades, beneficiando aquelas firmas com padrão tecnológico superior. Do ponto de vista da distribuição da massa de valores produzida, isso corresponde a uma apropriação mais do que proporcional pelas firmas mais produtivas (exibindo até um certo caráter rentista), com acentuado prejuízo para a categoria dos consumidores finais, que poderiam estar pagando menos pelas mercadorias produzidas nestas circunstâncias<sup>28</sup>, sendo portanto um exemplo muito ilustrativo de como a inflação interfere na questão distributiva.

### CONCLUSÃO? O IMPASSE HETERODOXO

Os dois elementos básicos da concepção heterodoxa do problema inflacionário são a inércia e os choques. Em termos estritamente teóricos e reduzidos à simplificação necessária, a heterodoxia encontra, desde seu nascimento, parentesco com concepções outras que iluminaram o debate acadêmico e que inspiraram ação política precedente. São, entre outros, os casos da "inflação estrutural", concebida por Sunkel no final dos anos 50 e do "mecanismo de realimentação" inflacionária de Simonsen, do início dos anos 70<sup>29</sup>. A distinção, politicamente relevante, da heterodoxia reside na escolha de métodos, tendo daí advindo o próprio nome da "escola", contraposto à "concepção monetarista da inflação", tida como ortodoxa.

O Plano Cruzado de 1986 foi a montagem operativa da concepção heterodoxa apenas no que concerne a um de seus elementos básicos – o componente inercial da inflação. Ele não tratou dos choques. Aos níveis prevaletentes da taxa da inflação, a inércia foi considerada como ponto básico a ser atacado.

O tempo se encarregou de mostrar que a despeito da potencialidade do compo-

<sup>28</sup> Campos (1980, p.113) denomina este fenômeno de "inflação subterrânea". Soares (1987) nos dá um exemplo concreto desta situação para o trigo, na qual o aparelho do Estado é dominado pela burguesia contra os interesses da população.

<sup>29</sup> Estes "parentescos" levaram Bresser Pereira & Nakano (1986) a considerar a heterodoxia como o 3º estágio do paradigma estruturalista.

nente inercial para a formulação de um programa de combate à inflação, a atuação isolada neste particular se esborçou rapidamente, provocando a reversão do quadro à situação anterior.

Do ponto de vista global, De Paula (1987:54), registrou que "a teoria da inflação inercial passa ao largo de questões essenciais, porque nem mesmo as reconhece ou as considera relevantes. . . Não é, por exemplo, capaz de formular a questão realmente central de qual o verdadeiro lugar da inflação na economia capitalista contemporânea."

No que concerne à agricultura, Lemos & Nabuco (1987) e Oliveira (1986a, 1986b, 1986c) também flagraram um certo vazio da heterodoxia em não combinar, a **nível de plano operativo**, os dois elementos de sua concepção (inércia + choque) para um efetivo tratamento à inflação, pois a longo prazo só a ação sobre os elementos reais da economia seriam capazes de debelar a permanente fonte inflacionária, tal como a entendemos e a expusemos ao longo deste trabalho.

Seria aceitável a tese de que o ônus não devesse recair sobre os ombros da concepção teórica (já que afinal identifica os dois componentes inflacionários), mas sobre o uso político feito deste próprio entendimento. Ocorre que a própria implementação do Plano Cruzado apresenta-se-nos como um indicador formidável de sua natureza. A sua aceitação pelas elites, a ausência de traumas sociais e o ambiente de "paz política" que o Plano produziu indicavam paradoxalmente sua incapacidade transformadora. Neste sentido, o Plano foi mais uma demonstração de como as ciências sociais sob a ordem capitalista dominante produzem conhecimento "ajustado" à própria ordem, sem capacidade de transformação real.

A pretendida transformação real questiona a organização dos "mercados imperfeitos" ou não democratizados do capital sob suas diferentes formas: capital fundiário, capital bancário e capital comercial. Posto o problema desta forma, estaríamos nos aproximando da concepção estruturalista, naquilo que trata da inelasticidade de oferta. Mas também poderíamos entender que, acima e além desta concepção, paira a DSE, que se materializa através de uma permanente restrição à expansão do mercado interno (pela "deformação" patrimonialista de alocação dos recursos) e, por decorrência, numa estrutura subconsumista, incapaz de estimular a oferta de produtos alimentares<sup>30</sup>.

O lado político da inflação aflorou quando a heterodoxia proclamou que o choque heterodoxo era neutro. Chamou-se, com isso, a atenção para o aspecto distributivo da inflação, através dos indicadores de preços relativos. Neste particular, a ação do Estado como "árbitro" torna-se essencial. E aí está a essência política do fenômeno na medida em que cada fração da elite vai lutar para não perder, relativamente a outras frações, posições na sociedade e espaço na órbita do poder<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Ainda recentemente, o reajuste do piso salarial (dez./87), elevou-o a não mais do que a US\$ 50 mensais. A velha lei de Say parece ter sido cunhada para a economia industrial nascente. Para o caso da agricultura, a lei de Say aplicar-se-ia ao contrário (à demanda cabe o papel ativo).

<sup>31</sup> Simonsen (1979) avançou ao afirmar que a inflação é problema de determinação política, sem porém desenvolver a tese. Suponho, dadas suas formulações teóricas e interação com a estrutura do poder à época, que ele pensava num alto grau de "autonomia relativa" do Estado para solucionar o problema inflacionário. Sob regimes ditatoriais é possível supor tal possibilidade (e até a de um "deslocamento" do Estado de uma estrutura de classes) mas não sob regimes democráticos. Além do mais, a "autonomia relativa" do Estado parece ser mais factível quando ela se dá diante de rupturas regionais (Nordeste x Centro-Sul) ou setoriais (agricultura ou café x indústria). A inflação, por ser de natureza muito mais ampla e geral, dificultaria a ação do Estado, para o combate direto.

Mesmo que o processo de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos se faça segundo uma trajetória particular, parece inegável que no caso brasileiro algum tipo de transformação radical deverá ser provocada na agricultura para permitir o desenvolvimento das forças produtivas. A ordem invertida dos fatos não retira a evidência de verdade das transformações na agricultura, contida nas palavras de Delfim Netto (1979:5): "... a histórica reela que toda revolução industrial foi precedida de uma revolução agrícola. A revolução se processou antes na agricultura para depois tornar possível a revolução industrial."

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIER, A.G.; PAULANI, L.; MESSEMBERG, R. **O heterodoxo e o pós-moderno; o cruzado em conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 142p. (Coleção Economia, v.19).
- BRESSER PEREIRA, C.; NAKANO, Y. Inflação inercial e choque heterodoxo no Brasil. In: REGO, J.M., org. **Inflação inercial; teorias sobre a inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.123-148.
- CAMPOS, L. **A crise da ideologia keynesiana**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. 355p.
- CONTADOR, C.R. Desenvolvimento financeiro, liquidez e substituição entre ativos no Brasil; a experiência recente. **PPE**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.245-284, jun. 1974.
- DELFIN NETTO, A. Agricultura e inflação. **Digesto Econômico**, São Paulo, v.36, n.269, p.5-18, out. 1979.
- DELFIN NETTO, A. et al. **Alguns aspectos da inflação brasileira**. São Paulo: ANPES, 1965 - (Estudos ANPES, 1).
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil; 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1986. 240p.
- DE PAULA, J.A. Evolução do debate sobre a inflação no Brasil. In: PIMENTA, H.C., org. **Plano Cruzado; ataque e defesa**. Rio de Janeiro, Forense, 1987. p.39-60.
- FERREIRA, J.I. **Cerrados tubarão; os desafios da nova fronteira**. Brasília: Senado Federal, 1987. Anais da Comissão Especial de Estudos Relacionados com a Produção de Alimentos e Corredor de Abastecimento e Exportação.
- HICKS, J. **A crise na economia keynesiana**. São Paulo: Vértice, 1987. 69p. (Biblioteca do Futuro, 7).
- KEYNES, J.M. **Teoria geral do emprego do juro e do dinheiro**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970. 366p.
- LEMONS, M.B.; NABUCO, M.R. Choque heterodoxo na agricultura? In: PIMENTA, H.C., org. **Plano Cruzado; ataque e defesa**. Rio de Janeiro; Forense, 1987. p.133-66.
- MELO, F.H. de. **Prioridade agrícola; sucesso ou fracasso?** São Paulo: Pioneira, 1985. 200p.

- MONTORO FILHO, A.F. Inflação e desequilíbrio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.7, n.3, p.103-125, set./dez. 1977.
- OLIVEIRA, J.H.G. On structural inflation and Latin American structuralism. In: OXFORD Economic Paper. [s.l.:s.n.], 1964.
- OLIVEIRA, M.M. A agricultura e o cenário da estabilização econômica. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.3, n.1, p.171-187, jan./abr. 1986a.
- OLIVEIRA, M.M. Avaliação do Plano Austral; aspectos destacados da agricultura argentina. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.26, n.4, p.53-63, out./dez. 1986b.
- OLIVEIRA, M.M. Política agrícola; nem só plantando tudo dá. **Rumos do Desenvolvimento**, v.11, n.62, p.19-23, nov./dez. 1986c.
- PASTORE, A.C. A oferta de produtos agrícolas no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.1, n.3, p.35-70, 1971.
- POULANTZAS, N. O problema do estado capitalista. In: BLACKBURN, R., org. **Ideologia na Ciência Social**; ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.219-41. (Coleção Pensamento Crítico, v.44).
- RAMOS, C.A. **Agricultura e inflação**; a abordagem estruturalista. Rio de Janeiro: BNDES, 1986. 118p. (10º Prêmio BNDES de Economia).
- RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 150p.
- ROBINSON, J. **Filosofia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 120p.
- SAYAD, J. Inflação e agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.1-32, abr. 1979.
- SIMONSEN, M.H. A inflação e o poder político. **Digesto Econômico**, São Paulo, v.363, n.269, p.93-97, set./out. 1979.
- SOARES, R.P. Trigo; falta ampliar a concorrência entre os moinhos. **Dados Conjunturais da Agropecuária**, Brasília, n.148, p.15-37, set. 1987.
- SUZIGAN, W. Industrialização e política econômica; uma interpretação em perspectiva histórica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.433-474, dez. 1975.
- TAVARES, M. da C.; BELUZZO, L.G. de M. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, J.M., org. **Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.47-72.